

DINHEIRO GARANTIDO PARA 2007

RICARDO TAFFNER

ESPECIAL PARA O **CORREIO**

O governador eleito do Distrito Federal, José Roberto Arruda (PFL), deverá conseguir os R\$ 675 milhões que tem reivindicado para investir na próxima gestão. Ao menos o presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (Ceof) da Câmara Legislativa, deputado distrital Leonardo Prudente (PFL), tem feito o possível para atender as solicitações do futuro gestor. No final da próxima semana, Prudente apresentará à Casa o orçamento previsto para 2007, com as alterações, para que seja avaliado pelos parlamentares.

O distrital tem conversado regularmente com o coordenador da equipe de transição, senador Paulo Octávio (PFL), para articular os principais ajustes. Segundo Prudente, os projetos previstos pela Câmara que coincidem com os planos de Arruda têm destinados de R\$ 150 a R\$ 200 milhões. "Algumas metas já estão dentro do orçamento e os recursos não precisarão ser retirados de outros lugares", explicou o deputado. Entre essas obras estão as faixas exclusivas para os ônibus, a construção da nova rodoviária, os hospitais de São Sebastião e Recanto das Emas, além das reformas para garantir a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

O presidente da Ceof conseguiu, ainda, planejar o remanejamento do resto dos recursos para o governo pefelista. Dos R\$ 600 milhões destinados à Codeplan, foram retirados R\$ 165 milhões

Kleber Lima/CB - 26/6/06



PRUDENTE APRESENTARÁ À CÂMARA PROPOSTA DE ORÇAMENTO REVISTA

para o GDE "Ainda deixamos um valor superior ao do orçamento do ano passado", disse Prudente referindo-se aos R\$ 400 milhões utilizados pela empresa em 2006. O distrital também prevê o corte de 10% nos gastos de telefone, água e luz dos órgãos públicos — o que reserva mais R\$ 80 milhões.

Os contratos de gestão com o Instituto Candango de Solidariedade (ICS) deverão ser reduzidos em 15 % (R\$ 45 milhões). Leonardo Prudente ainda planeja retirar R\$ 70 milhões das reservas de contingência do governo. Além disso, serão remanejados 10% da Caesb e Terracap — o que resultará no valor de R\$ 60 milhões. A redução de pelo menos 15 secretarias — como as de Desenvolvimento Tecnológico, Assuntos Sindicais, Relações Institucionais, Turismo e Fiscalização — deverá garantir ainda mais R\$ 120 milhões para o Executivo.